



Educação Financeira na formação em Ciências Contábeis

Leilla Karinne Damasceno Melo Duarte
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
E-mail: leilla.duarte@santana.ufal.br

Natascha Jordane Silva Oliveira
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
E-mail: natascha.oliveira@santana.ufal.br

Josicleide de Amorim Pereira Moreira
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
E-mail: josicleideamorim@gmail.com

Marcos Igor da Costa Santos
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
E-mail: marcosigor2508@gmail.com

Resumo

A Educação Financeira se apresenta como uma contribuição para a melhoria das decisões de consumo, devendo, portanto, ser contínua e permanente, perpassando por toda a formação educacional do indivíduo. Além disso, essa temática vem ganhando destaque nas agendas de vários países que reconhecem as consequências negativas decorrentes do baixo nível de conhecimento financeiro por parte da população. Nesse sentido, esta pesquisa tem por objetivo verificar a conformidade presente no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Pública do Estado de Alagoas, relacionado à Educação Financeira. Trata-se de uma pesquisa básica, classificada como descritiva, com abordagem qualitativa, cujos procedimentos técnicos envolveram a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. Os dados coletados se deram de forma secundária, mediante análise do Projeto Pedagógico do Curso e dos Planos de Ensino dos componentes curriculares ofertados. Os resultados evidenciam que o curso analisado apresenta conformidade parcial de seu PPC e Planos de Ensino com as perspectivas da Educação Financeira, devendo envidar esforços para ofertar outros conteúdos programáticos, de modo a assegurar uma formação mais alinhada aos preceitos da EF.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO FINANCEIRA; ENSINO SUPERIOR; CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Linha Temática: Finanças e mercado de capitais



1 Introdução

Tem-se que a Educação Financeira (EF) é condição fundamental no processo de tomada de decisão dos cidadãos, já que contribui para a melhoria da assertividade e qualidade das atitudes dos consumidores (Silva & Silva, 2018). Assim, existe o consenso de que a conscientização quanto ao uso do dinheiro, bem como o conhecimento sobre gestão das finanças, deve ser promovida durante a formação do cidadão.

Trata-se de um processo que envolve conscientização e aprendizagem, devendo perpassar toda a formação, objetivando-se minimizar a probabilidade de o indivíduo enfrentar dificuldades financeiras em algum momento da vida, sobretudo na velhice, visto que culturalmente, em virtude da perda do papel social de trabalhador e a entrada na aposentadoria, os idosos geralmente são associados a dependência, empobrecimento, improdutividade, entre outros (Cordeiro & Pereira, 2016).

Além disso, espera-se que, sendo educado financeiramente, o indivíduo passe a consumir de forma consciente e equilibrada, por meio de decisões financeiras fundamentadas, e adote hábitos saudáveis que promovam a melhoria da qualidade de vida em sociedade e do meio ambiente, já que o modo de consumo pode provocar impactos na natureza, levar ao endividamento e à exclusão ao mercado de consumo e, por conseguinte, ao ambiente social em que o cidadão estava inserido (Pereira & Lucena, 2020; Teixeira & Soncin, 2015).

Quanto ao endividamento familiar no Brasil, verifica-se em pesquisa recente que 66,7% das famílias estão endividadas (Forte *et al.*, 2020). Isso decorre de alguns fatores, como a expansão de crédito, o estímulo ao consumo sem que esse seja de forma consciente, além da ausência de planejamento financeiro (Santos & Silva, 2014; Paraíso & Fernandes, 2019). Destaca-se que o endividamento pode ocasionar a incapacidade de liquidação das obrigações assumidas, afetando a instância financeira e também a social, já que o acesso a determinados bens e/ou serviços fica comprometido (Teixeira & Soncin, 2015).

Depreende-se disso que quanto mais o indivíduo estiver educado financeiramente, mais habilidade terá para gerir os seus recursos, pois a EF é uma ciência que busca auxiliar no que tange à conscientização dos indivíduos acerca da relevância do planejamento financeiro, objetivando-se desenvolver uma relação equilibrada com o dinheiro e a adoção de decisões sobre finanças e consumo consciente (Bava, 2003).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) considera que a Educação Financeira deve ser um processo contínuo e atual, tendo em vista que as revoluções tecnológicas e científicas têm determinado mudanças no comportamento e no desenvolvimento socioeconômico e cultural, refletindo na educação e ensejando reconsiderar os processos de ensino e aprendizagem até então aprovados (Soffner, 2014).

Infere-se, com isso, que a Educação Financeira deve ser contínua e permanente, permeando toda a formação do indivíduo, levando-se em consideração as mudanças comportamentais que decorrem do desenvolvimento socioeconômico e cultural de um país.

Por tudo isso, a importância de introduzir a EF no Ensino Básico teve o reconhecimento do Conselho Nacional de Educação (CNE), e conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a obrigatoriedade de sua implementação foi estabelecida em 2017, com aplicação a partir de 2020. A ideia é que a EF seja implantada nos currículos escolares de forma transversal, interdisciplinar e sem que haja um componente curricular específico, seja para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental ou Médio.

Não obstante, apesar de não ser obrigatória a inserção da EF no Ensino Superior do país,



tem-se que sua implementação contribui para formar profissionais preparados para lidar com as finanças e os desafios cotidianos, de forma crítica, ética e socialmente responsável, orientados pelo princípio da educação integral preconizado pela BNCC.

Muito embora o Ensino Superior siga as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) específicas para cada curso de graduação, em muitos deles é possível observar a ausência de recomendação para a inserção da EF em seus currículos, como é o caso do curso de Ciências Contábeis. Intui-se que isso se deve ao fato de as discussões acerca de tal implementação serem mais recentes, não constando, portanto, nas DCNs instituídas anteriormente, a exemplo daquelas vinculadas aos cursos de Ciências Contábeis, conforme Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004, e Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004.

Com base no exposto, o presente trabalho busca responder a seguinte questão de pesquisa: **como a Educação Financeira está inserida no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Pública do Estado de Alagoas?**

Para responder tal questão, o objetivo desta pesquisa consiste em verificar a conformidade presente no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Pública do Estado de Alagoas, relacionado à Educação Financeira.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para ampliar as discussões direcionadas à implementação da Educação Financeira nos currículos dos cursos superiores, sobretudo nos de Ciências Contábeis, vislumbrando-se a formação de profissionais com criticidade financeira e de consumo, bem como éticos e com responsabilidade socioambiental. Logo, este estudo se torna relevante diante da ausência de DCNs que recomendem a inserção da EF na grade curricular do curso de Ciências Contábeis, justificando, portanto, a sua realização.

2 Referencial Teórico

2.1 Marco Evolutivo da Educação Financeira

A Educação Financeira é uma temática que vem ganhando destaque nas agendas de vários países que reconhecem as consequências negativas decorrentes do baixo nível de conhecimento financeiro por parte da população, ampliando-se, portanto, os debates acerca da importância de disseminar e consolidar iniciativas que melhorem o entendimento dos indivíduos no que tange à gestão dos seus recursos financeiros.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005) conceitua a EF como o processo pelo qual os indivíduos e as sociedades aperfeiçoam o entendimento relacionado aos conceitos e produtos financeiros, de modo que, abrangendo informação, formação e orientação, desenvolvam os valores e as competências necessárias para se tornarem pessoas conscientes quanto às oportunidades, bem como quanto aos riscos inerentes a elas. Assim, passarão a tomar decisões fundamentadas, saberão buscar auxílio e adotar outras ações que promovam o bem-estar. Objetivamente, dessa forma, contribuir para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, além de comprometidos com o futuro.

Destaca-se que, desde o início do século XXI, é possível observar o movimento internacional de fortalecimento da Educação Financeira, tendo destaque o papel proeminente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Forte *et al.*, 2020).

Nesse sentido, tem-se que a origem da EF se encontra conectada com a OCDE, que desde os anos 2000 incorporou em sua agenda medidas de incentivo à EF, confirmando ser essa uma preocupação de grande parte de seus países-membro. Porém, somente em 2002 os governos da OCDE reconheceram oficialmente a importância da EF por meio de um projeto único que



mobilizou dois Comitês da Organização: o Comitê de Mercados Financeiros (*Committee on Financial Markets – CMF*) e o de Seguros e Previdência Privada (*Insurance and Private Pensions Committee – IPPC*), que também resultou na construção de um portal contendo informações sobre Educação Financeira (*International Gateway for Financial Education – IGFE*), além da criação de uma rede que opera como espaço para troca de experiências (*International Network on Financial Education – INFE*), bem como a adoção de princípios e boas práticas definidas no âmbito da própria OCDE (OCDE, 2012).

No biênio 2003-2004, a OCDE incluiu um projeto intitulado *Financial Education Project* (Projeto de Educação Financeira), também desenvolvido pelos dois Comitês supracitados. A primeira etapa teve como enfoque a população em geral, tendo por intuito detectar e analisar pesquisas sobre EF nos países membros da OCDE, detalhar os diferentes tipos de programas existentes sobre a temática e avaliar, na medida do possível, sua eficácia. Em novembro de 2005, os resultados foram divulgados em um relatório denominado *Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies* (Melhorando a Alfabetização Financeira: Análise de Questões e Políticas) (OECD, 2005). A segunda etapa da pesquisa objetivou descrever e analisar programas de EF em colégios e universidades, gerando a publicação de um segundo documento intitulado *Recommendation on Principles and Good Practices For Financial Education and Awareness* (Recomendações sobre Princípios e Boas Práticas para a Educação e Conscientização Financeira), com o sentido de direcionar os governos em suas ações. No segmento “Boas Práticas” do documento, apresenta-se a recomendação de que a EF deveria começar no colégio, considerando o fato de que os indivíduos deveriam ser educados sobre questões financeiras o quanto antes em suas vidas (OCDE, 2005).

Em 2008, houve o aprimoramento do projeto com a criação da Rede Internacional de Educação Financeira (INFE/OCDE), composta por membros de mais de 125 países e supervisionada por um Conselho Consultivo. A ideia é apoiar decisões políticas e autoridades públicas na elaboração e implementação de estratégias nacionais para a EF, bem como em programas individuais, além de propor métodos inovadores que visam melhorar a literatura financeira entre as populações dos países parceiros. Destaca-se que a OCDE, juntamente com a associação dos países membros e parceiros, busca proporcionar padrões internacionais que incorporem questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais, de modo a restituir a confiança nos mercados, nas instituições e nas finanças públicas, e estimular o desenvolvimento de habilidades dos indivíduos, de maneira que a economia sustentável prospere. Além disso, também apoiam e incentivam ações que promovam o desenvolvimento mediante a inovação e estratégias ecológicas (OCDE, 2021).

Diante do cenário de crise global em 2008, a OCDE publicou pesquisa que indicava a falta de EF como uma das causas para os problemas da crise, certificando a relevância de sua adoção para minimizar possíveis impactos de crises semelhantes no futuro (OCDE, 2009).

Os eventos estimulados pela OCDE resultaram na ampliação de países que aderiram à implantação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que em linhas gerais visa promover ações, em âmbito nacional, na disseminação da Educação Financeira. Observa-se que entre 2003 e 2006 poucos países implementaram suas estratégias nacionais, sendo eles EUA, Reino Unido, Índia, Malásia e Japão. Entre 2007 e 2012, outros dez países passaram a seguir a recomendação da OCDE, entre eles o Brasil. Contudo, somente em 2010 o país elaborou o seu plano. A adesão de novos países com diferentes níveis de renda que elaboraram suas estratégias ou avançaram em projetos dentro da temática foi mais proeminente em 2013 (45 países) e em 2017 (60 países) (ENEF, 2021).



Intui-se que esse comportamento teve o incentivo dos líderes do G20 (formado por ministros de finanças e chefes de bancos centrais das 19 maiores economias do mundo e da União Europeia), que em 2012 endossaram os Princípios de Alto Nível sobre Estratégias Nacionais de EF formulados pela OCDE/INFE, e em 2013 afirmaram o interesse na temática, solicitando à OCDE a elaboração de um relatório com evidências do progresso acerca do desenvolvimento de estratégias nacionais, resultando na publicação do *Advancing National Strategies for Financial Education*. Em 2015, houve a publicação do Manual de Políticas da OCDE/INFE sobre Estratégias Nacionais de Educação Financeira, que apoia governos e partes interessadas na abordagem dos desafios quanto à implementação de suas estratégias.

Várias ações e eventos sobre Educação Financeira têm sido popularizados pelo mundo, como os que podem ser constatados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Eventos de Educação Financeira da OCDE (2006-2019).

DATAS	EVENTO	LOCAL
21 e 22/09/2006	Conferência sobre Educação Financeira.	Nova Delí, Índia.
13/04/2007	Conscientização e educação em relação aos riscos e questões de seguro.	Istambul, Turquia.
07 e 08/05/2008	Conferência Internacional sobre Educação Financeira.	Washington, Estados Unidos.
21 e 22/10/2008	Conferência Internacional sobre Educação Financeira.	Bali, Indonésia.
20/05/2009	Simpósio sobre Educação Financeira.	Paris, França.
15 e 16/12/2009	Conferência Internacional sobre Educação Financeira.	Rio de Janeiro, Brasil.
22 e 23/03/2010	Workshop sobre como fornecer educação financeira: desafios, abordagens e instrumentos.	Bangalore, Índia.
09/06/2010	Simpósio sobre Literacia Financeira: Melhorando a Eficiência da Educação Financeira.	Roma, Itália.
20 e 21/10/2010	Conferência Internacional sobre Educação Financeira: Construindo Indivíduos com Capacitação Financeira.	Beirute, Líbano.
26 e 27/05/2011	Conferência sobre Literacia Financeira: Parceria para Transformar a Literacia Financeira em Ação.	Toronto, Canadá.
27 e 28/06/2011	Seminário de Educação Financeira: Rumo a uma Estratégia Nacional de Educação Financeira.	Jakarta, Indonésia.
27 e 28/10/2011	Conferência sobre Literacia Financeira: Educação Financeira para Todos.	Cidade do Cabo, África do Sul.
03 e 04/02/2012	Conferência Internacional sobre Educação de Investidores.	Goa, Índia.
10 e 11/05/2012	Conferência sobre Educação Financeira.	Madrid, Espanha.
11 e 12/09 /2012	Seminário sobre educação financeira e inclusão.	Mactan e Cebu, Filipinas.
31/10 e 02/12/2012	Conferência do Banco Mundial sobre Educação Financeira.	Cartagena, Colômbia.
06 e 07/12/2012	Educação econômica e financeira na América Latina.	Paramaribo, Suriname.
13 e 14/12/2012	Seminário sobre a evolução da proteção e educação do consumidor financeiro na Ásia.	Hong Kong, China.
30 e 31/01/2013	Conferência sobre a construção de capacidade financeira na África e no Oriente Médio.	Nairóbi, Quênia.
04 e 06/03/2013	Conferência sobre educação financeira na Índia e na Ásia.	Nova Delí, Índia.
16 e 17/05/2013	Conferência sobre Educação Financeira.	Praga, República Checa.
13 e 14/06/2013	Conferência sobre capacitação de consumidores de produtos e serviços financeiros.	Moscou, Rússia.
31/10/2013	Simpósio de Pesquisa de Política Global para Avanço da Literacia Financeira.	Paris, França.
28 e 29/11/2013	Educação econômica e financeira na América Latina e no Caribe.	La Paz, Bolívia.



26 e 27/02/2014	Simpósio Global de Alto Nível sobre Educação Financeira: Promovendo Poupança e Investimentos de Longo Prazo.	Seul, Coreia do Sul;
22 e 23/05/2014	Conferência de alto nível sobre tendências globais e europeias em educação financeira.	Istambul, Turquia.
09/06/2014	Lançamento da avaliação de alfabetização financeira de alunos da OCDE PISA.	Paris, França.
06/11/2014	2º Simpósio de Pesquisa de Política Global para Avanço da Literacia Financeira.	Paris, França.
27 e 28/11/2014	Educação econômica e financeira na América Latina e no Caribe.	Santiago, Chile.
16 e 17/12/2014	Seminário sobre Inclusão Financeira e Literacia Financeira na Ásia.	Bangkok, Tailândia.
20 e 23/01/2015	Simpósio global de alto nível: promovendo um melhor planejamento de vida por meio da educação financeira.	Tóquio, Japão.
07/05/2015	3º Simpósio de Pesquisa de Política Global para Avanço da Literacia Financeira.	Paris, França.
30/09 e 02/10/2015	Simpósio global de alto nível sobre bem-estar financeiro.	Kuala Lumpur, Malásia.
12 e 13/11/2015	Educação econômica e financeira na América Latina e no Caribe.	Montevidéu, Uruguai.
20 e 21/04/2016	Simpósio global sobre resiliência financeira ao longo da vida.	Amsterdã, Holanda.
03 e 04/10/2016	Seminário regional de alto nível sobre empoderamento de MPMEs por meio da educação e inclusão financeira.	Jakarta, Indonésia.
12 e 13/11/2016	Simpósio Global de Educação Financeira.	Auckland, Nova Zelândia.
26 e 27/11/2016	Educação econômica e financeira na América Latina e no Caribe.	Buenos Aires, Argentina.
24/05/2017	Lançamento: avaliação de alfabetização financeira de alunos do PISA da OCDE.	Paris, França.
03 e 04/10/2017	Conferência sobre Literacia Financeira e Defesa do Consumidor.	Hanói, Vietnã.
08 e 09/11/2017	Simpósio Global de Educação Financeira.	Nova Delí, Índia.
11 a 14/12/2017	Eventos de educação financeira e proteção ao consumidor financeiro na América Latina e no Caribe.	Rio de Janeiro, Brasil.
18/05/2018	5º Simpósio de Pesquisa de Política Global para Avanço da Literacia Financeira.	Paris, França.
04 e 05/10/2018	Simpósio sobre educação financeira.	Moscou, Rússia.
12 e 13/11/2018	Reunião Anual do Centro CVM da OCDE em Educação Financeira e Alfabetização na América Latina e no Caribe.	São Paulo, Brasil.
26 e 27/11/2018	Conferência sobre o papel da educação financeira e da proteção do consumidor no apoio à inclusão financeira no sudeste asiático.	Vienciana, Laos.
23 e 24/05/2019	Conferência Internacional: "Educação financeira do futuro".	Cidade do Cabo, África do Sul.
02 e 03/07/2019	Conferência e mesa redonda sobre proteção ao consumidor financeiro e educação na Ásia-Pacífico: compreendendo e respondendo ao impacto das mudanças demográficas para os consumidores financeiros.	Katmandu, Nepal.
10 e 11/10/2019	Simpósio sobre educação financeira "Visando alto: educação financeira para necessidades de curto prazo e objetivos de longo prazo" e Reunião anual do Centro de Educação Financeira e Alfabetização da OCDE / CVM na América Latina e Caribe.	Rio de Janeiro, Brasil.
07 e 08/11/2019	Conferência: Promovendo a Alfabetização Financeira no	Tbilisi, Geórgia.

ORGANIZAÇÃO





	Sudeste da Europa.	
21 e 22/11/2019	Conferência sobre o papel da educação financeira e da proteção ao consumidor no apoio à inclusão financeira.	Siem Reap, Camboja.
09 e 10/12/2019	Educação Financeira na Comunidade de Estados Independentes.	Moscou, Rússia.
11 e 12/12/2019	Conferência sobre Educação Financeira e Proteção ao Consumidor Financeiro na Ásia-Pacífico: Capacitando os consumidores financeiros na era digital.	Kuala Lumpur, Malásia.

Fonte: OCDE/INFE.

Em 2020 e 2021, em função da crise sanitária mundial provocada pelo Sars-CoV-2, os eventos têm ocorrido de forma virtual, por meio de seminários e conferências *online*.

No Brasil, a EF é uma temática discutida pela OCDE desde 2005, mas foi apenas em 2010, com a publicação do Decreto nº 7.397/2010, que foi estabelecida a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que tem por finalidade promover a EF securitária, previdenciária e fiscal no país, de modo a contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do Sistema Financeiro Nacional e a tomada de decisões mais autônomas e conscientes (ENEF, 2011). Desde então, ações no que se refere à temática são compartilhadas, de maneira integrada, por órgãos, entidades públicas e da sociedade, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Assim, reúne articulação e atores dos mercados bancário, de valores mobiliários, de seguros, de previdência, da área de educação e de defesa do consumidor.

Importa destacar que o Decreto supracitado estabeleceu o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), com o objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF. Para auxiliar esse Comitê, foram criados três subcomitês: A Comissão Permanente (responsável por servir como apoio às ações realizadas pela ENEF), o Grupo de Apoio Pedagógico (proviam informações pedagógicas referente às ações, planos e diretrizes da ENEF) e a Secretaria Executiva (responsável pela parte administrativa). Destaca-se que o Decreto nº 7.397/2010 passou por alteração em 2019, limitando a existência de colegiados na Administração Pública Federal, extinguindo-se assim o Comitê Nacional de Educação Financeira e os seus subcomitês.

A datar da publicação do Decreto nº 10.393/2020, criou-se a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira, e foi instituído o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), que substituiu o extinto Comitê Nacional de Educação Financeira, assumindo a responsabilidade pela direção e supervisão da ENEF, tendo por objetivos implementar e estabelecer os seus princípios. O FBEF é composto por oito órgãos e entidades do governo: Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Secretaria de Previdência (SPREV) e Ministério da Educação (MEC), compondo a governança da nova ENEF, no intuito de ampliar o letramento financeiro da população.

Para a ENEF, o modelo conceitual de EF se baseia nas dimensões espacial e temporal. Na primeira, os conceitos da EF se fundam no reflexo das ações individuais sobre o contexto social e sua relação inversa, considerando os níveis individual, local, regional, nacional e global. Na segunda, os conceitos baseiam-se na noção de que as decisões tomadas no presente afetam o futuro, já que a dimensão temporal atravessa os espaços, conectando passado, presente e futuro. A EF proposta na ENEF apoia-se em objetivos ligados a essas dimensões, quais sejam: 1) formar para a cidadania; 2) ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável; 3) oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude; 4)



formar disseminadores; 5) ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos; 6) desenvolver a cultura de prevenção; 7) proporcionar possibilidade de mudança da condição atual. Os quatro primeiros objetivos estão ligados à dimensão espacial e os três últimos à dimensão temporal (Vida e Dinheiro, 2019).

Como ponto de conteúdo e informações sobre a temática, foi elaborado o *website* Vida e Dinheiro, que é um instrumento de referência sobre o tema no Brasil, e condensa todas as informações relativas à ENEF. Além disso, as ações da ENEF são compostas por programas setoriais e transversais. As ações transversais são aquelas implementadas pelos esforços conjuntos dos membros que compuseram a governança da ENEF no período. Já as ações setoriais são aquelas desenvolvidas separadamente por cada um dos membros, sempre alinhadas às diretrizes propostas pela ENEF e regidas pelos objetivos e papéis desempenhados por cada instituição que compõe a estratégia e contribui com ela (Forte *et al.*, 2020).

Desde a sua criação, a ENEF vem, ao longo dos anos, desenvolvendo ações em todo o país, através da abertura de edital para concessão de Selo ENEF, a Semana ENEF, o Prêmio Nacional de Educação Financeira, o Projeto Itinerante de Educação Financeira, a elaboração e disponibilização de livros para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, cursos EAD, Ecossistemas e jogos (Vieira, 2021). Uma das ações com uma grande repercussão é a Semana ENEF, que ocorre uma vez por ano desde 2014, na qual, por uma semana, várias ações gratuitas de Educação Financeira são executadas em diversas cidades brasileiras.

Dessa forma, a Estratégia Nacional de Educação Financeira se certifica de levar a EF para todo o país, com o intuito de contribuir e fortalecer a estabilidade financeira dos cidadãos.

Não obstante, outras ações são implementadas, a exemplo daquelas desenvolvidas pelo Banco Central do Brasil (BCB), que dispõe do Programa de Educação Financeira (PEF), voltado à instrução da sociedade no tocante aos assuntos econômicos, colaborando para uma melhor compreensão dos aspectos financeiros e da responsabilidade no planejamento das finanças pessoais. São modelos de ações implementadas: o Projeto Museu-Escola, Projeto O Museu Vai à Escola, Projeto BC e Universidade, Projeto BC Jovem (BCB, 2021).

Por outro lado, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) também propicia palestras e disponibiliza cartilhas gratuitas de educação ao investidor, esclarece dúvidas dos indivíduos quanto a investimentos, e através do portal www.investidor.gov.br subsidia o seu trabalho na esfera da educação de finanças pessoais.

Têm-se ainda as ações executadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, com iniciativas que buscam expor a relevância das bolsas de valores para a economia do país, transmitir conceitos econômicos básicos e estimular hábitos de poupança. Além disso, desenvolve parcerias com instituições de ensino para distribuição de materiais.

Já a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) disponibiliza dicas de uso de produtos financeiros e mantém o Instituto FEBRABAN de Educação (INFI), escola que representa o setor bancário brasileiro, com temas como finanças, liderança, *compliance*, câmbio, crédito, riscos, vendas, educação financeira, educação corporativa, além de outros.

O Serasa Experian tem contribuído para a EF, oferecendo ao cidadão orientações que auxiliam na gestão dos recursos financeiros e o curso digital denominado Trilha Financeira, que orienta como cuidar das finanças, organizar contas, pagamentos e prioridades.

Dado o exposto, é notório o esforço envidado na promoção da EF, que tende a ter maior proporção mediante sua implementação no ambiente das instituições de ensino, já que possibilita que o educando tenha acesso a tais conhecimentos durante sua formação.



2.2 Implementação da EF nas Instituições de Ensino

A inclusão da EF nos currículos das Instituições de Ensino tem sido discutida tendo em vista os benefícios que podem ser gerados mediante sua implementação, já que não se trata apenas de uma aprendizagem de como economizar, eliminar gastos, poupar ou acumular dinheiro, mas para além disso, possibilita melhoria na qualidade de vida, ocasionando a segurança basilar para ter acesso a produtos financeiros e ao mesmo tempo obter uma precaução para potenciais imprevistos. Trata-se do desenvolvimento gradativo em que o indivíduo busca conhecimentos para usar o dinheiro de modo mais consciente e inteligente. Nesse sentido, a implementação da EF em toda a base de ensino nacional torna-se essencial para a melhoria da cidadania financeira e do bem-estar financeiro da população (Vieira *et al.*, 2019).

Do ponto de vista da OCDE (2005), a EF deve começar na escola, de modo que as pessoas sejam educadas financeiramente o mais cedo possível. Em linhas gerais, tem-se que a implementação da Educação Financeira no contexto escolar tem sua trajetória iniciada em 1985, nos EUA, quando se tornou parte da ementa obrigatória de 60% das escolas americanas (Pessoa, Muniz & Kistemann, 2018).

Entre os países como Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte a EF é facultativa no currículo escolar desde 2001. Na Inglaterra, por exemplo, ela não possui *status* de disciplina regular, sendo os seus conceitos transmitidos em cursos de matemática, educação moral e cívica, entre outros (Janisch & Jelinek, 2020).

No Brasil, as discussões acerca da EF iniciaram em 2005, mas apenas em 2017, com a homologação da BNCC, teve sua inclusão entre as temáticas transversais nos currículos escolares (Janisch & Jelinek, 2020), com implantação prevista para 2020.

Destaca-se que a BNCC é um documento normativo, que norteia os currículos dos sistemas e redes de ensino e as propostas pedagógicas de escolas públicas e privadas do país, compreendendo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio (Brasil, 2015).

Na BNCC, a EF deve perpassar por todas as disciplinas, como uma proposta de intervenção escolar de caráter interdisciplinar com diretrizes específicas para que todos os educadores atuem em torno de temas peculiares à promoção de Literacia Financeira (Pessoa, Muniz & Kistemann, 2018).

Para o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, a BNCC (2017) aponta a necessidade de articular as experiências vivenciadas pelos estudantes na Educação Infantil com novas maneiras de relação com o universo na construção de conhecimentos. Para a área de Matemática, a BNCC propõe cinco temáticas (Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, Probabilidade e Estatística) que orientam a formulação de habilidades a serem desenvolvidas. Para essa fase, a EF se faz presente, especificamente, no 4º ano, com a finalidade de envolver os estudantes no reconhecimento do Sistema Monetário brasileiro através das cédulas e moedas, com a equivalência de valores, a resolução de problemas e a inserção no universo das compras e do consumo consciente e responsável. Contudo, somente no 5º ano do Ensino Fundamental é que o termo EF aparece de maneira explícita, associado à unidade temática números, nomeadamente, no que tange à porcentagem.

Para o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, a BNCC (2017) elenca cinco unidades temáticas na área de matemática (Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, Probabilidade e Estatística), sendo a EF tratada de forma mais evidente na unidade “números”, ensejando que ao longo do processo de ensino e aprendizagem, os estudantes desenvolvam ideias mais aprofundadas e complexas.

Para o Ensino Médio, a BNCC (2017) indica cinco competências que contemplam





premissas da Educação Matemática Crítica, como o uso de estratégias e procedimentos matemáticos aplicáveis à realidade dos cidadãos, a articulação de ações matemáticas para analisar os desafios do cotidiano de forma ética e socialmente responsável, a compreensão da flexibilidade e fluidez das representações matemáticas. Além das áreas do conhecimento, o Ensino Médio conta com itinerários formativos, orientados para a educação integral.

Com o exposto, percebe-se que foram envidados esforços visando implementar, por meio de documento normativo, a EF nos currículos escolares do Ensino Básico do país. Contudo, observa-se que no Ensino Superior não há dispositivos legais com previsão de implementação em todas as áreas dos saberes. Isso se deve ao fato de que cada curso possui Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) específicas, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de sua inclusão nos currículos de todos os cursos ofertados no país.

Contudo, várias pesquisas apontam para a necessidade da inclusão da EF no Ensino Superior, a exemplo da realizada por Isoppo, Zilli & Biff (2019), com o objetivo de evidenciar a importância do ensino da EF no contexto universitário. Os resultados indicam que a maioria dos discentes possui contato com a EF, seja em ambiente escolar ou familiar, e que grande parte deles faz uso de ferramentas de controle financeiro. Notou-se ser necessário o ensino de conceitos de finanças pessoais e controle financeiro desde a infância. Além disso, faz-se importante a continuidade do ensino de finanças no Ensino Superior, considerando que muitos discentes só têm acesso a esse conhecimento quando iniciam uma faculdade.

Também Magalhães & Montreuil (2019) desenvolveram uma pesquisa com o objetivo de medir e discutir o nível de conhecimento sobre EF dos jovens universitários. Os resultados mostram que há uma deficiência no planejamento financeiro dos estudantes e que o conhecimento sobre EF é limitado, com influência de diversos fatores.

Por outro lado, Santos Soares, Trevisan & Freire (2020) realizaram uma pesquisa com o objetivo de verificar o grau de conhecimento e as habilidades financeiras que possuem os acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior privada. Os resultados revelaram que os entrevistados não possuem nível de conhecimento financeiro satisfatório e que a maioria considera importante a EF. Os participantes da pesquisa apresentam perfil conservador de investimentos, poucos são os que realizam aplicações financeiras, e destes, parte investe em caderneta de poupança – modalidade que menos rende financeiramente.

A EF é importante em todos os níveis de ensino, sobretudo na formação profissional, visto que é na idade adulta que parte da população tem acesso a produtos financeiros. Inclusive, em algumas áreas, como a de gestão, torna-se uma questão *sine qua non*, já que alguns profissionais terão que lidar com tomadas de decisões empresariais que geram impactos financeiros. Intui-se, com isso, que se um profissional não sabe gerir suas próprias finanças, existe a probabilidade de ter dificuldade em gerir finanças corporativas.

Com base no exposto, e considerando apenas dois cursos da área de gestão (Administração e Ciências Contábeis) ofertados no Brasil, pode-se constatar por meio de suas DCNs que há muito a se discutir em termos da inserção da EF na formação acadêmica.

O Parecer CNE/CES nº 438/2020 atualiza as DCNs do Curso de Graduação em Administração, que em seu Art. 3º apresenta os conhecimentos e as competências gerais a serem proporcionados aos egressos. Entre os conhecimentos fundamentais destacados no item I, incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros. Já no item II, destaca-se a competência de analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões, sejam elas humanas, sociais, políticas, ambientais, legais, éticas ou econômico-financeiras. Todavia, o



inciso 3º reverbera que os conhecimentos fundamentais supracitados não devem ser necessariamente tratados como componentes curriculares, podendo ser aplicados de outras formas (atividades, serviços, práticas supervisionadas, áreas de estudos), com propostas e justificativas inseridas no Projeto Pedagógico do Curso (MEC, 2020). Depreende-se que fica sob a responsabilidade dos cursos ofertados no país quais conteúdos devem ser interpelados para os conhecimentos fundamentais e de que forma serão propiciadas as competências gerais e as econômico-financeiras.

Já as DCNs do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, previstas na CNE/CES nº 10, em seu Art. 5º, prevê que os projetos pedagógicos contemplem conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, no que concerne ao âmbito das finanças dentre tal área do conhecimento. Além disso, estabelece que os conteúdos de formação básica versem estudos relacionados às áreas de Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística (MEC, 2020).

Dadas as limitações que ora se percebe nessas Diretrizes, fica o alerta às IES no sentido de contribuir para a promoção da Educação Financeira, mediante revisão dos currículos, bem como elaboração e oferta de projetos de extensão voltados à temática, de modo a alcançar os discentes e a comunidade externa (Leal, Santos & Costa, 2020).

Nota-se que a Educação Financeira se mostra ainda pouco explorada no Brasil, em especial quando se trata do público adulto, inseridos no universo acadêmico. No entanto, a produção recente revela um aumento no interesse e na produção científica, comprovando a relevância que o tema vem ganhando paulatinamente.

3 Procedimentos Metodológicos

Este trabalho consiste em uma pesquisa básica, que objetiva o progresso do conhecimento científico, sem a previsibilidade de sua aplicação prática imediata aos resultados obtidos (Marconi & Lakatos, 2010). Classifica-se como pesquisa descritiva, por seu caráter de levantamento e análise de dados e assume a abordagem qualitativa, que dentre suas características estão a de descrever, compreender e explicar dados, preocupando-se com os seus significados e não com a sua mensuração (Minayo, 2002). Tais classificações se fizeram necessárias para entender a frequência e as características da inserção da EF na formação contábil do curso analisado.

Quanto aos procedimentos técnicos, elegeram-se a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso (Marconi & Lakatos, 2010), sendo a primeira para revisão da bibliografia já publicada em relação à EF no Ensino Superior brasileiro, a documental para analisar o Projeto Pedagógico e os Planos de Ensino e o estudo de caso por se tratar de uma análise em um curso específico. Assim, tem-se como universo da pesquisa uma Instituição Pública de Ensino Superior do Estado de Alagoas, tendo como estudo de caso um dos Cursos de Ciências Contábeis ofertado por tal instituição.

A pesquisa se deu por meio de dados secundários, mediante análise do Projeto Pedagógico do Curso em vigência, e dos Planos de Ensino dos componentes curriculares ofertados. Para tanto, foi elaborado um instrumento de coleta de dados, considerando-se o modelo conceitual de Educação Financeira proposto no Plano Diretor, que consolida a ENEF, e se baseia nas dimensões espacial e temporal, tendo por objetivos: 1) formar para a cidadania; 2) ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável; 3) oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude; 4) formar disseminadores; 5) ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos; 6) desenvolver a cultura de prevenção; 7) proporcionar



possibilidade de mudança da condição atual. Para efeito desta pesquisa, foram relacionados a tais objetivos alguns conteúdos programáticos que apresentam aderência ao atendimento das perspectivas da EF. A proposta se fundamentou nas indicações contidas no Currículo Mundial da OCDE, nas DCNs e nos modelos propostos pelo Ministério da Educação e BNCC. Por conseguinte, verificou-se nos documentos analisados se tais conteúdos foram contemplados para a formação em Ciências Contábeis.

Os dados obtidos receberam tratamento por meio da tabulação em planilhas de Excel e foram apresentados em quadros para uma melhor compreensão dos achados da pesquisa.

4 Análise e Discussão dos Resultados

De acordo com o Plano Diretor da ENEF, o primeiro objetivo que apoia o modelo conceitual de Educação Financeira é a formação para cidadania, o qual considera questões envolvendo articulação dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, quais sejam: liberdade, igualdade, propriedade, participação política, educação, saúde, moradia, trabalho. Os resultados obtidos na pesquisa podem ser verificados no quadro 2.

Quadro 2 – Formação para cidadania.

OBJETIVO/CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	Curso Analisado
Formação para cidadania	
Direito do Trabalho	C
Direito Previdenciário	C
Direitos e deveres do cidadão	NC
Diretos e deveres do consumidor	NC
Direitos a prestações sociais e estatais (assistência social, saúde, educação, trabalho)	NC
Direito de participação política	NC
Sistema Tributário Nacional	C
Impostos, taxas e contribuições	C
Crimes contra a ordem tributária	NC

Legenda: C – Contempla nos documentos analisados. NC – Não Contempla nos documentos analisados.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

No quadro 2, verifica-se que a maioria dos conteúdos programáticos que apresentam aderência às perspectivas da EF não são contemplados no PPC e nos Planos de Ensino do curso analisado. A ausência desses conteúdos, em alguma medida, afeta a formação dos discentes desse curso, visto que os conhecimentos oriundos possibilitam a efetiva participação cidadã na sociedade em que estão inseridos.

Não se trata da oferta de único componente curricular que vislumbre promover a formação para cidadania. Como visto, a BNCC enseja que a Educação Financeira perpassasse por todas as disciplinas, assumindo, portanto, o caráter interdisciplinar, de modo a possibilitar a Literatura Financeira para todas as disciplinas. Então, a articulação de conhecimentos acerca dos direitos e deveres civis, políticos e sociais podem ser contemplados por uma série de componentes curriculares, bem como mediante pesquisas e ações extensionistas.

O segundo objetivo, ensinar a consumir e a poupar de modo ético, leva em conta que o consumo é um direito do cidadão. Contudo, mantê-lo em níveis adequados é imprescindível para o bom funcionamento da economia. No âmbito da EF, indica-se evitar adquirir produtos provenientes de relações de exploração ou de empresas que não adotam comprometimento



socioambiental, além da redução do consumo desenfreado e da produção de lixo, entre outros. Quanto a esse objetivo, os resultados obtidos nesta pesquisa são visualizados no quadro 3.

Quadro 3 – Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável.

OBJETIVO/CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	Curso Analisado
Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	
Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	C
Economia verde	C
Processos ecológicos e sociais	C
Sustentabilidade no consumo: 5Rs (Refletir, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar).	NC
Legislação ambiental	C
Ciclo de vida dos produtos	NC
Produção e consumo sustentável	C
Informação ambiental nas relações de consumo	C
Legalidade e ética no consumo	C

Legenda: C – Contempla nos documentos analisados. NC – Não Contempla nos documentos analisados.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

Constata-se, por meio do quadro 3, que a maioria dos conteúdos programáticos que demonstram consonância com os preceitos da EF constam como ofertados nos documentos analisados. Evidenciando-se que os discentes do curso têm acesso a conhecimentos que lhes proporcionam adotar estilo de consumo e de poupança de forma ética, consciente e responsável, possibilitando benefícios pessoais, como também para a sociedade.

Como dito anteriormente, o Parecer CNE/CES nº 438/2020 apresenta diretrizes no mesmo sentido, ao considerar em seu Art. 3º, item II, a competência de analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões, sejam elas humanas, sociais, políticas, ambientais, legais, éticas ou econômico-financeiras. Logo, o curso analisado além de guardar consonância com as perspectivas da EF no que tange ao segundo objetivo, também atende as DCNs.

No que tange ao terceiro objetivo, oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma, tem-se que para o seu atendimento, o cidadão deve compreender a linguagem financeira e fazer leitura crítica de mensagens publicitárias, a fim de que tomem decisões autônomas e em conformidade com suas necessidades. No quadro 4, apresentam-se os resultados alcançados para esse objetivo.

Quadro 4 – Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma.

OBJETIVO/CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	Curso Analisado
Oferecer conceitos e ferramentas para a tomada de decisão autônoma	
Juros simples/compostos, descontos e séries de pagamentos, correção monetária e inflação	C
Sistemas de amortização	C
Poupança e investimento - prazo, liquidez e rentabilidade	C
Risco e Retorno	C
Renda fixa e renda variável	C
Análise de investimentos	C
Ativos financeiros e não financeiros	C
Inflação e valor do dinheiro no tempo	C
Diversificação e gerenciamento de riscos	C
Modalidades de créditos, custos e benefícios no curto, médio e longo prazos	C
Juros (taxas nominais e efetivas)	C
Custo Efetivo Total (CET)	C
Cheque especial, crédito consignado, cartão de crédito, empréstimo e financiamento	C



Finanças Pessoais	C
Orçamento doméstico	C

Legenda: C – Contempla nos documentos analisados. NC – Não Contempla nos documentos analisados.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

Nota-se, por intermédio do quadro 4, que todos os conteúdos programáticos que demonstram consonância com as orientações da EF constam nos documentos examinados. Percebe-se, com isso, que são ofertados aos estudantes do curso conhecimentos que lhes proporcionam obter as informações imprescindíveis para que tomem suas decisões de modo autônomo, independente e em conformidade com as suas necessidades.

Também Isoppo, Zilli & Biff (2019), chegaram a resultados semelhantes na pesquisa que teve por objetivo evidenciar a importância do ensino da EF no contexto universitário. Os resultados apontam que a maioria dos estudantes tem acesso aos conhecimentos de EF e que grande parte deles faz uso de ferramentas de controle financeiro.

No que pese ao quarto objetivo, formar disseminadores, vislumbra-se que o estilo gastador pode ser controlado por meio dos conhecimentos que são propagados entre os discentes aos seus familiares e a outras pessoas com as quais convivem, de modo que tais conhecimentos ultrapassem a esfera da Instituição de Ensino. Ações nesse sentido podem ser observadas no contexto acadêmico, conforme mostra o quadro 5.

Quadro 5 – Formar disseminadores.

OBJETIVO/CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	Curso Analisado
Formar disseminadores	
Ações extensionistas envolvendo os discentes (proj. extensão, palestras, minicursos, etc.)	C

Legenda: C – Contempla nos documentos analisados. NC – Não Contempla nos documentos analisados.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

Com base no quadro 5, constata-se que ações extensionistas em consonância com as disposições da EF são ofertadas, conforme documentos verificados. Nota-se, com isso, que os acadêmicos do curso, na medida em que passam a ter conhecimentos que lhes propiciam a gestão dos seus recursos financeiros, também disseminam esses conhecimentos, de modo a se posicionarem como multiplicadores de saberes acerca da EF.

Para Vieira *et al.* (2019), a implementação da EF no ensino nacional é essencial sob o ponto de vista de melhoria da cidadania financeira, bem como do bem-estar financeiro da população. Compreende-se que quando o indivíduo possui conhecimentos sobre EF, ele passa a adotar comportamentos financeiros fundamentados e, para além disso, torna-se multiplicador desses saberes, seja no convívio familiar ou no ambiente social a que está inserido, promovendo, portanto, bem-estar financeiro para a sociedade como um todo.

O quinto objetivo, ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos, enseja que um planejamento compreenda etapas de execução, devendo considerar prioridades e renúncias. O planejamento financeiro requer conhecimentos que possibilitem o êxito em sua execução, fazendo-se necessário o acesso a tais saberes para que as perspectivas da EF sejam atendidas.

O quadro 6 mostra os resultados obtidos na pesquisa para esse objetivo.

Quadro 6 – Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos.

OBJETIVO/CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	Curso Analisado
Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos	
Planejamento financeiro	C



Orçamento	C
Administração de recursos	C

Legenda: C – Contempla nos documentos analisados. NC – Não Contempla nos documentos analisados.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

Vê-se, mediante o quadro 6, que todos os conteúdos programáticos que possuem consonância com as instruções da ENEF para o objetivo supracitado constam como ofertados nos documentos avaliados. Compreende-se, com isso, que o formando do curso tem acesso a conhecimentos que permitem elaborar o planejamento financeiro, de modo a possibilitar o alcance do que foi planejado, seja de curto, médio ou longo prazo.

Espera-se com esses conhecimentos que os discentes estejam aptos a realizarem planejamentos. Contudo, não há como garantir que sua execução seja exitosa. Quanto a isso, Magalhães & Montreuil (2019), na pesquisa que teve como objetivo medir e discutir o nível de conhecimento sobre EF dos jovens universitários, chegaram a resultados que indicam a existência de deficiência no planejamento financeiro dos estudantes e que o conhecimento sobre EF é limitado, sendo influenciado por vários fatores.

Em relação ao objetivo seis, desenvolver a cultura de prevenção, a ENEF orienta que o planejamento deve considerar situações adversas e inesperadas, que muitas vezes exigem dispêndio de dinheiro. Assim, o cidadão deve dispor de reservas, fazer investimentos e seguros, além de planos de previdência, e também evitar desperdícios, entre outras. Para efeito de análise desta pesquisa, considerou-se conteúdos programáticos que propiciem conhecimentos que auxiliem na disseminação da cultura de prevenção. Os resultados alcançados estão apresentados no quadro 7.

Quadro 7 – Desenvolver a cultura de prevenção.

OBJETIVO/CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	Curso Analisado
Desenvolver a cultura de prevenção	
Fundos de pensão	C
Seguros	C
Capitalização	C
Noções de Ciências Atuariais	C

Legenda: C – Contempla nos documentos analisados. NC – Não Contempla nos documentos analisados.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

Conforme o quadro 7, todos os conteúdos programáticos que exibem consonância com os preceitos da EF constam nos documentos avaliados. Verifica-se, então, que os discentes do curso acessam conhecimentos que os favorecem a se precaverem de situações adversas e inesperadas, possibilitando-os a adotarem estilo de vida baseado na prevenção.

Na mesma direção, Santos Soares, Trevisan & Freire (2020), realizaram um estudo que teve o objetivo de verificar o grau de conhecimento e as habilidades financeiras que possuem os acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior privada, cujos resultados revelaram que os participantes da pesquisa apresentam perfil conservador de investimentos, poucos são os que realizam aplicações financeiras, e destes, parte investe em caderneta de poupança – modalidade que menos rende financeiramente.

O objetivo sete, que é proporcionar possibilidade de mudança da condição atual, fundamenta-se na ideia de que os conhecimentos e competências oriundos da EF auxiliam a superar e a evitar dificuldades econômicas, realizar planos de longo prazo e, além disso, promover benefícios sociais, conforme ENEF. Com base nisso, verificou-se, no curso analisado, se há oferta



de conteúdos programáticos que assegurem tais conhecimentos. Os resultados são os que constam no quadro 8.

Quadro 8 – Proporcionar possibilidade de mudança da condição atual.

OBJETIVO/CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	Curso Analisado
Proporcionar possibilidade de mudança da condição atual	
Noções de Economia	C
Política Econômica	C
Política Monetária	C

Legenda: C – Contempla nos documentos analisados. NC – Não Contempla nos documentos analisados.

Fonte: elaboração própria, mediante dados da pesquisa.

Por meio do quadro 8, pode-se observar que todos os conteúdos programáticos que expõem consonância com as orientações da EF constam nos documentos apreciados. Consta-se, com isso, que são ofertados aos alunos do curso conhecimentos que lhes oportunizam a mobilidade social, de modo a aprimorar sua condição socioeconômica através dos conhecimentos e competências oferecidos pela Educação Financeira.

Quanto a isso, Bava (2003) pondera que a EF objetiva desenvolver uma relação equilibrada do indivíduo com o dinheiro, de modo a tomar decisões sobre finanças e consumo de forma consciente. Nessas condições, o cidadão educado financeiramente, passa a adotar comportamentos que o leva a uma mudança da condição atual, já que por meio de um planejamento financeiro passará a consumir de forma mais condizente com sua realidade. Além disso, irá se precaver de imprevistos, mediante os hábitos de poupança, investimentos, previdência e seguros, de modo a superar e evitar dificuldades econômicas, ensejando uma nova condição socioeconômica.

5 Considerações Finais

A discussão acerca da Educação Financeira tem ocupado espaço em diferentes segmentos da sociedade brasileira, principalmente por causa do consumismo desenfreado das pessoas e, por conseguinte, o endividamento, que provoca uma série de consequências desagradáveis. Com base nisso, o presente estudo objetivou verificar a conformidade presente no Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis de uma Universidade Pública do Estado de Alagoas, relacionado à Educação Financeira.

Mediante esta pesquisa, que considerou as diretrizes do Plano Diretor da ENEF, que estabelece sete objetivos que apoiam o modelo conceitual de Educação Financeira nas escolas, bem como uma proposta de conteúdos programáticos que apresentam aderência às perspectivas da EF, identificou-se a influência de tais objetivos nos documentos analisados atribuídos para a formação dos estudantes do curso de Ciências Contábeis participante da pesquisa. Nesse sentido, os resultados apontam que dos conteúdos programáticos propostos 84,09% deles são ofertados pelo curso analisado. Por outro lado, verificou-se a ausência de 15,91% desses conteúdos nos documentos examinados, sendo o segundo objetivo, formação para cidadania, o mais afetado, já que dentre os nove conteúdos propostos, cinco deles (55,55%) não são ofertados pelo curso. Também no segundo objetivo, ensinar a consumir e a poupar de modo ético, dos nove conteúdos propostos, dois deles (22,22%) não constam nos documentos verificados.

Observa-se que o curso analisado apresenta conformidade parcial de seu PPC e Planos de Ensino com as perspectivas da Educação Financeira, mas que deve envidar esforços para ofertar outros conteúdos programáticos, de modo a assegurar uma formação mais alinhada aos preceitos



da EF.

De forma conclusiva, tem-se que este estudo, mesmo limitado a uma amostra, sinaliza a importância da inserção da EF no Ensino Superior, uma vez que quanto maior for o acesso a conhecimentos que propiciem uma formação plena, melhores serão as condições de vida do egresso do curso, que poderá exercer plenamente a sua cidadania.

No que tange às limitações do estudo, destacam-se a escassez de literatura acerca da Educação Financeira no Ensino Superior, sobretudo em relação aos conteúdos programáticos ofertados nos cursos de Ciências Contábeis, bem como a indisponibilidade de alguns documentos institucionais de consulta pública.

Sugere-se ampliar a pesquisa no sentido de verificar a percepção dos estudantes quanto ao seu nível de conhecimento acerca dos conteúdos programáticos propostos nesta pesquisa, tanto em Instituições de Ensino Superior públicas quanto privadas.

Referências

Banco Central do Brasil – BCB (2021). *Programa de Educação Financeira (PEF). Apresenta o programa de Educação Financeira desta instituição.* Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fpre%2Fpef%2Fport%2Fpefpublicoexterno.asp>. Acesso em: 26 abr. 2021.

Brasil. Decreto 10.393, de 9 junho de 2020. *Institui a nova Estratégia de Educação Financeira – ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF.* Brasília: DOU - Diário Oficial da União. Publicado no D.O.U de 09 de junho de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm. Acesso em: 21 abr. 2021.

Comitê Nacional de Educação Financeira – CONEF (2013). *Educação Financeira nas Escolas, Ensino Médio.* 1. ed. Brasília.

Cordeiro, R. P., Pereira, S. J. N. (2016) Beyond appearances: a study about women age identity in old age. *Revista Brasileira de Marketing*, 15(5), p. 642-654.

ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira). *Estratégia Nacional de Educação Financeira. Plano Diretor.* Brasília: ENEF, 2011. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-anexos-ATUALIZADO_compressed.pdf. Acesso 28 jun. 2021.

FEBRABAN, Federação Brasileira de Bancos. *Instituto FEBRABAN de Educação.* Disponível em: <https://febraban.org.br/pagina/3042/34/pt-br/inf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

Fernandes, R. A. S.; & Paraíso, S. C. S. (2020). O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. *Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação*, 6(2), p. 12-26.

Forte, C. M. J. et al. (2020). *Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor.* 1. ed. – São Paulo: Riemma Editora.

Isoppo, M., Zilli, J. C., & Biff, M. (2019). Perspectivas para a Educação Financeira no Ensino



Superior. In: *Congresso Sul Catarinense de Administração e Comércio Exterior*.

Janisch, A. B. L., & Jelinek, K. R. (2020). Explorando a educação financeira no ensino fundamental: um estudo de possibilidades a partir das orientações da BNCC. *Brazilian Journal of Development*, 6(7), p. 48324-48342.

Leal, S. C., Santos, D. V., & Costa, P. S. (2020). Perfil de Educação Financeira dos Discentes de Graduação e Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior Brasileiras. *Revista de Casos e Consultoria*, São Paulo, 11(1). Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/23191>. Acesso em: 14 jun. 2021.

Magalhães, R. C., & Montreuil, C. U. (2019). A educação financeira na tomada de decisões dos jovens universitários: um estudo considerando as novas tecnologias bancárias e digitais. *Revista dos Mestrados Profissionais*. 8(1). 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/RMP/article/viewFile/243395/33878>. Acesso em: 11 jun. 2021.

Marconi, M. A., & Lakatos, E.M. (2001). *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Minayo, M. C. S. et al. (Org.). (2002). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes.

Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico – OCDE. Improving financial literacy: Analysis of issues and policies. *Financial Market Trends*, 2(89), 2005.

Pessoa, C. A. S., Muniz Jr., I., & Kistemann Jr, M. A. (2018). Cenários sobre educação financeira escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de Matemática. *Revista de Educação Matemática e Tecnológica Ibero-americana, Pernambuco*, 9(1), p. 1-28.

Santos, A. C., & Silva, M. (2014). Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. *Revista Formadores*, 7(1).

Soares, R. C. S., Trevisan, T., & Freire, E. J. (2020). O conhecimento financeiro dos estudantes universitários: Um estudo descritivo em uma Instituição de Ensino Superior. *Revista Científica da Ajes*, 9(18).

Soffner, R. K. (2014). Tecnologias sociais e práxis educativa. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, 19(1), p. 57-62.

Teixeira, R. V., & Soncin G. J. M. (2015). O Endividamento do Consumidor Brasileiro e a Ofensa ao Princípio da Dignidade Humana. *Revista de Estudos Jurídicos*, 1(25). Disponível em: <http://www.actiorevista.com.br/index.php/actiorevista/article/view/21>. Acesso em: 29 abr. 2021.

Vida e Dinheiro. *Modelo conceitual e objetivos*. Brasília: ENEF (2019). Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/en/modelo-conceitual-e-objetivos/>. Acesso em: 16 jul. 2021.



Vieira, G. S. (2021). *Educação financeira e tomada de decisão: significados produzidos por estudantes do 5º ano do ensino fundamental*. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Vieira, K. M., Moreira Junior, F. de J., & Potrich, A. C. G. (2019). *Indicador de educação financeira: proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item*. Educação & Sociedade, Campinas, 40. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018182568>. Acesso em: 11 jun. 2021.